



Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Of. nº CG/018/FD/23/11/2015

SENHOR DIRETOR,

Informo a Vossa Excelência que a Comissão de Graduação, em sessão de 05.11.15 aprovou o Projeto de Diretrizes da Reforma do Projeto Pedagógico, elaborado pela Subcomissão desta Comissão.

Após ampla discussão, a Comissão de Graduação encaminha o relatório para apreciação preliminar da E. Congregação.

Aproveito a oportunidade para solicitar a Vossa Excelência a competente autorização para que os membros da Subcomissão de Reforma do Projeto Pedagógico participem das discussões deste item na próxima reunião da E. Congregação, marcada para o dia 26.11.15, a fim de que possam explicar os trabalhos desenvolvidos em 2015 e expor o planejamento para 2016.

Apresento a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração.

Assinatura manuscrita em tinta azul de Otavio Pinto e Silva.

**Professor Associado Otavio Pinto e Silva
Presidente da Comissão de Graduação**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PROFESSOR TITULAR JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI
DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO DA USP



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Comissão de Graduação
Subcomissão Sanfran 190

São Paulo, 22 de novembro de 2015.

Ao

Professor Associado Otavio Pinto e Silva,

DD. Presidente da Comissão de Graduação da Faculdade de Direito da USP.

A **Subcomissão para Reforma do Projeto Político-Pedagógico da Faculdade de Direito da USP ("Sanfran 190")**, composta pelas professoras e professores ao final indicados, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa. e da Comissão de Graduação desta Faculdade, apresentar o **Projeto de Diretrizes para o novo Projeto Político-Pedagógico**, em anexo, acompanhado de breve relato das atividades de 2015, que lhe dão base, nos seguintes termos.

1. Durante o ano presente, a Subcomissão pôs em prática seu programa de debates públicos em torno de tópicos centrais para uma reforma do projeto político-pedagógico ("PPP") da São Francisco. Foram oito mesas de debates, envolvendo 32 professores e professoras, conforme programação apresentada à d. Congregação em março de 2015. Desses, quatro foram convidados de outras instituições de ensino. Todos os demais foram docentes da FDUSP, de todos os Departamentos.
2. Além das mesas de debates públicos, houve também duas reuniões abertas no segundo semestre de 2015, uma com discentes, outra com docentes. Nas reuniões abertas, todos os participantes puderam trazer suas impressões, preocupações e propostas a esta Subcomissão.
3. Das discussões havidas no primeiro semestre, esta Subcomissão extraiu um conjunto de diretrizes, que foram apresentadas, em agosto de 2015, em caráter preliminar, na forma de Anteprojeto, tanto a esta d. Comissão de Graduação, bem como à Congregação da FDUSP. As diretrizes reuniam as propostas de vários dos interessados diretos no processo de reforma do PPP de nossa Faculdade – a própria Comissão de Graduação, os docentes que se engajaram nos debates públicos por ela promovidos, os discentes e seus representantes – e devem servir como baliza para o



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Comissão de Graduação
Subcomissão Sanfran 190

desenho do projeto de reforma propriamente dito. Esta será a principal tarefa desta Subcomissão para o ano de 2016.

4. Do muito que se debateu em 2015, alguns temas relevantes podem ser indicados como consensuais, de forma que devem servir de ponto de partida para tudo o mais que se faça doravante. Como principal resultado, podemos indicar a percepção da **importância da coletividade** para a **excelência** que buscamos.
5. Os debates mostraram, também, que há certos pontos que carecem ainda de maior discussão entre todos nós. Não estão, por assim dizer, maduros para serem transformados em uma proposta tendente a integrar o projeto de reforma de nosso PPP. Destaca-se nesse sentido a questão dos tamanhos e formatos das salas de aula (diretrizes 13 e 14 do Anteprojeto), que muita polêmica gerou ao longo de todo o semestre. É a opinião desta Subcomissão que o assunto deve seguir sendo debatido no ano de 2016, a fim de depurarmos as opiniões e chegarmos a propostas que melhor reflitam a opinião de todos os debatedores.
6. A Subcomissão encaminha, por fim, anexo a este relatório, o Projeto consolidado das Diretrizes para a reforma do PPP da FDUSP. Elas espelham, segundo nosso melhor juízo, as opiniões e propostas colhidas ao longo de todo o ano de 2015, entre docentes e discentes de nossa Faculdade. Mas sobre elas melhor dirá a douta Congregação, a quem sugerimos seja o assunto submetido.

Na certeza de que rendemos os nossos melhores esforços para atender à importante missão que nos foi atribuída ao constituir-se esta Subcomissão, nós, seus integrantes, subscrevemos, não sem antes agradecer à Comissão de Graduação, na pessoa de seu Presidente, pelo valoroso apoio durante todo este ano letivo.

Prof. Associado José Augusto Fontoura Costa (DIN)

Prof^a. Associada Maria Paula Dallari Bucci (DES)

Prof^a. Dra. Sheila Christina Neder Cerezetti (DCO)

Prof. Dr. Rafael Mafei Rabelo Queiroz (DFD)



Projeto

Diretrizes da Subcomissão de Reforma do Projeto Político Pedagógico da Faculdade de Direito da USP (Sanfran 190)

1. O projeto deve orientar a atividade acadêmica da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco a um *ethos* acadêmico de excelência e que considere o seu papel na sociedade brasileira, à altura de sua história, de sua reputação e da qualidade de seus professores e estudantes.
2. O projeto deve expressar a dimensão coletiva da instituição, esforço conjunto de professores e estudantes para entregar à sociedade um graduado mais qualificado, cuja formação consolide valores, ensinamentos e práticas proporcionados pelo curso, bem como capacidade crítica e reflexiva.
3. O processo de elaboração do projeto deve favorecer a criação de espaços de diálogo entre os docentes, supra, intra e interdepartamentais, com vistas a:
 - a. estimular a troca de experiências sobre estratégias de ensino, práticas pedagógicas inovadoras, e atividades de extensão e pesquisa ; e
 - b. estimular a discussão sobre o sentido e práticas de avaliação, que represente níveis de exigência e desafio intelectual compatíveis com a excelência buscada; e
 - c. compartilhar, quando pertinente, bibliografia entre várias disciplinas, com aproveitamento de leituras, de modo que o estudo possa se aprofundar em menos fragmentos e em textos mais abrangentes e relevantes para a formação; e
 - d. estimular a troca de informações entre docentes de matérias correlatas, de modo a criar condições para a interdisciplinariedade; e
 - e. reduzir os efeitos involuntários da concorrência entre as demandas de trabalho programadas por diferentes professores em um mesmo semestre; e
 - f. reduzir a superposição de conteúdos nos programas das disciplinas e



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Comissão de Graduação
Subcomissão Sanfran 190

- g. favorecer a criação de disciplinas supradepartamentais, compartilhadas entre docentes de mais de um departamento e cobrindo tópicos interdisciplinares.
4. O processo de elaboração e implementação do projeto deve favorecer uma nova visão de cada docente sobre o seu papel na construção de um curso de excelência, especialmente em relação a:
- a. buscar, no cotidiano das aulas de graduação, estimular a atitude intelectual dos estudantes, em padrões semelhantes aos observados em muitas atividades extra-classe; e
 - b. colaborar para que o plano de ensino da disciplina, entregue aos estudantes no início do semestre letivo¹, contribua para a organização dos estudos da turma naquele semestre; e
 - c. colaborar com a observância dos deveres inerentes à organização do curso, tais como prazos para entrega de notas, confirmação de atribuição de turmas e respectivos horários; e
 - d. outras iniciativas a definir.
5. O processo de elaboração e implementação do projeto deve favorecer uma nova visão de cada estudante sobre o seu papel na construção de um curso de excelência, especialmente em relação a:
- a. comprometer-se com as atividades de graduação, incluindo frequência às aulas, atitude de estudo e cumprimento de deveres inerentes a uma ética acadêmica rigorosa; e
 - b. considerar, na organização de atividades extra-classe, seus efeitos potenciais sobre o funcionamento do curso; e
 - c. outras iniciativas a definir.
6. A exigência de frequência dos estudantes às aulas:

¹ Exigência contida nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Direito, Resolução CNE nº 9, de 2004, art. 9º, parágrafo único: "Os planos de ensino, a serem fornecidos aos alunos antes do início de cada período letivo, deverão conter, além dos conteúdos e das atividades, a metodologia do processo de ensino-aprendizagem, os critérios de avaliação a que serão submetidos e a bibliografia básica."

Largo São Francisco, 95, anexo I, 2º andar, Centro, São Paulo-SP, (11) 3111-4021, sanfran190@usp.br



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Comissão de Graduação
Subcomissão Sanfran 190

- a. enriquece o processo de ensino, que deve vir acompanhado de valorização da presença do aluno na sala de aula, seja pelo estímulo à participação na utilização do método expositivo, seja pela utilização de outros métodos além do expositivo; ou
 - b. deve ser controlada apenas para fins legais e burocráticos.
7. O número e a carga de disciplinas obrigatórias da graduação devem ser reduzidos, respeitada a carga horária mínima legal, para permitir ao estudante concentrar-se em menos disciplinas por semestre.
 8. As disciplinas obrigatórias devem corresponder a créditos-aula em número par, adequando-se as matérias de um ou três créditos-aula.
 9. As disciplinas optativas não precisam ser semestrais, podendo ser oferecidas por períodos mais curtos ou mais longos, observada a compatibilidade com as regras e sistemas da Universidade.
 10. A organização dos horários para as disciplinas deve observar três blocos de duas horas-aula em cada um dos períodos.²
 11. A distribuição das disciplinas nos blocos de horários deve concentrar-se nos períodos letivos próprios (diurno e noturno), com uso do período vespertino para parte das disciplinas optativas.³
 12. A organização dos horários de ofertas de disciplinas deve ser:
 - a. preferencialmente repetida, a cada ano, de modo a permitir melhor planejamento aos docentes, discentes e Assistência Acadêmica; ou
 - b. modificada a cada ano, de acordo com as necessidades e disponibilidades dos professores.
 13. A assinatura dos convênios de estágio deve estar condicionada ao seu sentido pedagógico, cujo cumprimento deve ser devidamente acompanhado.

² Extraído da proposta da Subcomissão para Reforma da Matriz Curricular e Projeto Político Pedagógico para 2014.

³ Idem.



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Comissão de Graduação
Subcomissão Sanfran 190

14. Cabe à Faculdade de Direito, por meio de suas diversas instâncias, criar atividades de ensino, pesquisa e extensão, estágios acadêmicos e outras atividades complementares voltadas às/aos estudantes desde o primeiro ao quarto semestre, como alternativas a estágios prematuros; bem como buscar, junto aos órgãos competentes, formas de apoio à permanência estudantil para estudantes que necessitem, com base em avaliação socioeconômica. Os contratos de estágio no período citado só podem ser assinados se houver comprovada hipossuficiência financeira do estudante em questão.
15. A atuação dos pós-graduandos do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE), observadas as regras da Universidade, deve considerar a harmonização entre diretrizes da graduação e da pós-graduação.
16. As instalações físicas e materiais da Faculdade de Direito devem ser condizentes com a dedicação esperada de professores, alunos e funcionários, bem como com a excelência de suas atividades.
17. Os professores, em especial aqueles em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), devem dispor de salas individuais de trabalho funcionais, com mobiliário e equipamentos adequados ao bom desempenho de suas funções e convidativos à sua permanência integral na Faculdade.
18. Os estudantes devem dispor de locais adequados para trabalhos em grupo, com mobiliário apropriado e convidativo à sua utilização.
19. Todas as salas de aula devem estar adequadamente aparelhadas com equipamentos de áudio, recursos multimídia, acesso de qualidade à internet, ar condicionado e tratamento acústico.
20. As salas de aulas devem ser reorganizadas em função de configurações de tamanho e estrutura adequadas aos variados formatos das disciplinas, com salas maiores para aulas expositivas com turmas grandes e salas menores, para seminários e métodos que exijam turmas pequenas.
21. A reestruturação das bibliotecas é emergencial, devendo ser tratada como prioridade entre os projetos de reforma física no âmbito da Faculdade de Direito.
22. O projeto deve encontrar mecanismos de incentivo e premiação de excelência e mérito acadêmicos, inclusive mediante a promoção das melhores práticas



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Comissão de Graduação
Subcomissão Sanfran 190

acadêmicas e criação de uma cultura de reprovação ao plágio e à fraude aos sistemas de avaliação discente (“cola”).

23. Em atenção ao tripé universitário, devem ser estimuladas e valorizadas atividades de ensino, pesquisa e extensão, com o cômputo do tempo a elas dedicadas para efeito do cumprimento das obrigações docentes e discentes, observada a regulamentação própria.
24. Em atenção a observações críticas de avaliadores externos, a Faculdade de Direito deve adotar sistema de avaliação institucional.
25. As seleções de discentes realizadas na Faculdade de Direito devem utilizar a média normalizada disponível no sistema Júpiter.